



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

**Intervenção do Ministro da Educação,
Audição na Comissão de Educação e Ciência,
09 de maio de 2023**

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados

É com gosto que voltamos a esta Comissão para prestar contas sobre o trabalho realizado por esta área governativa e para prestar os esclarecimentos devidos.

Os últimos meses, como todos sabemos, têm sido marcados por um intenso trabalho com as organizações sindicais em assuntos relacionados com a valorização da carreira docente.

Este trabalho iniciou-se com a discussão e preparação das alterações ao modelo de recrutamento e colocação de professores, que, na sua versão final, contempla as seguintes características:

- A vinculação de professores deixa de depender exclusivamente da norma-travão, que previa a existência de três horários anuais completos sucessivos no mesmo grupo de recrutamento, muitas vezes difícil de alcançar em função dos horários de substituição disponíveis, passando a existir um mecanismo de vinculação dinâmica que permite que sejam vinculados todos os professores que acumulem, independentemente do tipo de horário, os dias de serviço correspondentes a três anos e que tenham desempenhado

funções no ano letivo anterior. Afastamo-nos assim da dependência de processos de vinculação extraordinária, como os que existiram no passado recente, que permitiram a vinculação nos últimos 7 anos de mais de 14 mil professores, introduzindo um modelo de vinculação dinâmica, justamente reclamado há décadas pelos professores e seus representantes. Decorre deste modelo que se encontram em condições de vincular, já no próximo processo concursal, mais de 10500 professores contratados, o que corresponde a uma redução de cerca de 50% da precariedade na profissão.

- Os atuais quadros de zona pedagógica, apenas 10, com distâncias máximas superiores a 200 km, passam a 63, diminuindo essas distâncias para valores aproximados de 50 km. Desta forma, reduzem-se significativamente as áreas de deslocação dos professores colocados em quadro de zona pedagógica, tendo a proposta apresentada pelo Ministério da Educação merecido o acordo das organizações sindicais, que tinham apresentado, na generalidade, propostas com valor superior nas distâncias.

- Crucialmente, neste modelo de recrutamento, pretendemos estabilizar os quadros de escola, que, em muitos casos, são atualmente constituídos por professores contratados ou por professores colocados em quadro de zona. Queremos, assim, dar estabilidade aos professores e às escolas, cumprindo o desígnio inscrito no programa do Governo de contribuir para que haja condições para a continuidade dos projetos pedagógicos. Para este efeito, no concurso de 2024, haverá um reforço na dotação dos quadros, reservando-se os quadros de zona pedagógica para aquela que é a sua função original - a satisfação de necessidades não permanentes - e perspetivando-se a abertura de um mínimo de 20 000 lugares de quadro de escola.

- A nova legislação corrige ainda um problema há muito identificado e gerador de grande descontentamento por parte de um enorme conjunto de professores. No modelo atual, sempre que há vinculação entre concursos, os professores que vinculam ultrapassam os que já estão colocados, na medida em que ocupam vagas que eram desejadas por professores com melhor graduação

profissional e muitas vezes afastados das suas residências e das suas famílias. A colocação temporária e transitória dos professores que vinculam corrige este problema, sendo que, a partir de 2024, todos concorrem em igualdade de circunstâncias para as vagas existentes.

- Ouvidos os sindicatos, o novo modelo prevê a recuperação anual de vagas, consistente com uma previsão de aumento progressivo das aposentações, que permitirá que, todos os anos, os professores tenham oportunidade de se aproximar das suas residências, ao contrário do que acontece atualmente, já que essa oportunidade só acontece de 4 em 4 anos, sendo as vagas determinadas em função das saídas efetivas. Também em aproximação às posições dos sindicatos, mantêm-se as possibilidades de aproximação através da mobilidade interna.

- Afastando-nos da proposta original do Ministério da Educação, acolhemos a reivindicação dos professores, contemplando-se a graduação profissional como critério único para o recrutamento e colocação.

- Por outro lado, em resposta a uma reivindicação antiga das educadoras de infância, o tempo de serviço prestado em creche passa a ser considerado para efeitos de concurso.

- Este modelo permite a regularização e vinculação dos professores de educação tecnológica, do grupo 530, até aqui deixados de fora, à semelhança do que se fez em diploma independente para os professores das escolas artísticas Soares dos Reis e António Arroio. O mesmo acontece para os professores das Escolas Portuguesas no Estrangeiro, que poderão vincular, uma possibilidade inexistente até aqui.

- Para os professores contratados, são introduzidos novos índices remuneratórios, permitindo a sua progressão em mais dois escalões, de acordo com o seu tempo de serviço.

- Numa dimensão que não colheu o acordo das organizações sindicais, instituiu-se a possibilidade de os diretores dos agrupamentos se articularem entre si para a formação de horários compostos, perspetivando-se uma significativa redução dos horários

incompletos apresentados a concurso, para que não tenham de ser os próprios professores a estar à procura de possibilidades de completamento muitas vezes pautadas pela incompatibilidade e aumentando a atratividade dos horários em zonas com maior carência.

Este modelo de recrutamento apresenta-se, pois, como um conjunto de benefícios para os professores e com um olhar particularmente centrado na redução da precariedade, integrando também instrumentos de gestão para fazer face à crescente falta de professores, como as condições para o desempenho de funções em contexto de ausência ou insuficiência de componente letiva.

Paralelamente, deu-se já início a um trabalho que tem como fim a redução das tarefas burocráticas dos professores, prevendo-se que haja uma proposta concreta ainda este verão. No processo de auscultação que já se iniciou, pretendemos eliminar redundâncias, simplificar documentos, eliminar tudo o que não for estritamente necessário ou que tenha perdido valor pedagógico, simplificar os processos de recolha de evidências, entre outras medidas.

Sabemos que a questão da reivindicação do tempo de serviço une os professores. Sensível ao tema, apesar de não estar previsto no seu Programa, o Governo apresentou uma proposta que visa acelerar a carreira dos professores que foram prejudicados pelo tempo total do congelamento, discriminando positivamente os que viram a sua carreira congelada nos escalões mais baixos. Considerando uma condição que é específica da carreira docente, as vagas para progressão em dois dos escalões, a proposta consiste na recuperação do tempo em que se ficou a aguardar vaga, para quem já passou essas etapas, na isenção de vaga para todos os que ainda não passaram esses escalões ou no encurtamento em um ano da duração do escalão para os restantes. Esta proposta já foi apresentada e será matéria de negociação suplementar, por solicitação dos representantes dos professores.

Em todo este processo, o Governo tem estado de boa-fé e nunca assumiu antes de qualquer processo comercial que o seu ponto de chegada era igual ao seu ponto de partida. Por isso, foram acolhidas

várias propostas dos sindicatos ou se fizeram aproximações às suas reivindicações.

Deixo para o final da minha intervenção várias dimensões relacionadas com as aprendizagens dos alunos. Dando cumprimento às metas e objetivos do PRR, foram assinados na semana passada os termos de aceitação dos primeiros 104 Centros Tecnológicos Especializados, num valor total de 119 milhões de euros, com um financiamento médio de 1,1 M por escola. Estes Centros, nas áreas da indústria, das energias renováveis, do digital e da informática, são um instrumento fundamental para a modernização e valorização do Ensino Profissional, tendo as candidaturas apresentadas sido construídas de acordo com princípios de adequação da oferta às necessidades da economia dos territórios e com um fomento das parcerias entre escolas, empresas, municípios e instituições de ensino superior. A segunda fase deste concurso está já a decorrer, antecipando-se a execução das metas inscritas no PRR.

Estão, nesta fase, em realização as provas de aferição deste ano. Também em cumprimento do calendário previsto no PRR e apresentado publicamente, estas realizam-se pela primeira vez em formato digital, na sequência da experiência piloto realizada no ano letivo anterior, que permitiu concluir, de acordo com o IAVE, que não existem efeitos significativos da modalidade (papel ou digital) nos desempenhos dos alunos. Começam, assim, a aferir-se, a par dos conhecimentos e competências das diferentes áreas do currículo, também as competências digitais previstas no currículo e que são igualmente objeto de aferição nos estudos internacionais, aliás já aplicados em formato digital há alguns anos. Não sendo um aspeto central, a digitalização dos instrumentos de avaliação externa inscreve-se nas medidas de redução das tarefas burocráticas dos professores, na medida em que deixam de circular provas em papel, eliminam-se os processos manuais de distribuição de provas, anonimização e reduz-se significativamente o tempo da classificação, já que há vários itens de classificação automática.

Importa sublinhar que os instrumentos de aferição são cruciais para avaliar o impacto da recuperação das aprendizagens, sobretudo após os anos em que a escola foi fortemente prejudicada pela

pandemia. Sem dados aferidos, teríamos apenas opiniões, percepções ou extrapolações de outras realidades diversas. É também por isso que foi novamente aplicado o estudo diagnóstico de aferição de competências de leitura e informação, literacia matemática e literacia científica (as mesmas que o PISA avalia). Este estudo, cujos resultados conheceremos em breve, é de particular relevância dado que, por ser uma prova não pública, permite uma ainda maior fiabilidade na existência de itens-âncora e uma comparabilidade total com os resultados do primeiro estudo realizado em 2021. Estes dados, em conjunto com os que decorrem de estudos internacionais que serão brevemente conhecidos, como o PIRLS, estarão na base das medidas de recuperação das aprendizagens a prorrogar para o próximo ano letivo, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros que cria o plano Escola+ 21|23.

Os dados e a informação sustentam as políticas. Num exercício de aumento da transparência sobre o sistema educativo português, passámos de um total de 9 indicadores de desempenho em 2015 para 88 indicadores ou funcionalidades dos sistemas de informação. Hoje temos indicadores que não se baseiam apenas nos instrumentos de avaliação externa, mas também o conhecimento da equidade promovida pelas escolas, o que permite conhecer o contributo das escolas públicas para a redução de assimetrias socioeconómicas, o perfil das classificações internas das disciplinas, o que sustentou as tomadas de decisão sobre o acesso ao ensino superior e o reforço da atividade inspetiva para os casos identificados de inflação de notas. Através do Portal InfoEscolas, conhecemos também hoje melhor a participação das escolas em atividades como o Desporto Escolar, o Plano Nacional das Artes, o Plano Nacional de Cinema, o programa Erasmus, entre tantas outras, começando-se a perceber correlações importantes entre o desempenho dos alunos, a promoção da equidade e a diversidade das iniciativas das escolas. Juntando a maior disponibilidade de dados à informação recolhida por áreas de competência, tem-se tornado possível o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais dirigidas, estando em curso a preparação de medidas pelo Plano Nacional de Leitura, pela Rede de Bibliotecas Escolares e pela Direção-Geral da Educação dirigidas

a dificuldades específicas na leitura e na literacia de informação, áreas em que se detetam maiores problemas ao nível da interpretação e inferências nos textos.

A maior desagregação dos dados por regiões e municípios permite identificar e melhor caracterizar assimetrias regionais, estando, por exemplo, o Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar a desenvolver uma estratégia específica para a região do Algarve, onde se registam valores elevados de abandono e insucesso.

São hoje mais de uma centena as escolas que desenvolvem planos de inovação, com instrumentos de organização do currículo próprios, com calendários escolares específicos, com disciplinas criadas e agregadas, com autonomia na gestão das turmas. Estes planos de inovação não visam fazer diferente pela vontade de divergir, mas são apresentados pelas escolas como instrumentos para a melhoria dos resultados dos alunos. A experiência acumulada nestas estratégias que as escolas desenvolvem de forma autónoma tem suscitado o interesse e atenção de vários países, querendo, por exemplo, o Governo da Finlândia conhecer a experiência portuguesa e a realidade das nossas escolas.

Esta é a escola pública portuguesa e o resultado do trabalho dos seus profissionais. Contra as vozes que a denigrem, tentando rebaixar os seus resultados e o esforço dos que lá trabalham, para promoção de outros setores. Mas as evidências falam por si.

Temos muito trabalho e importantes desafios pela frente. Desde logo na execução do PRR, que tem sido cumprido, na melhoria das instalações, com o arranque dos projetos acordados com a ANMP para a requalificação de mais de 450 escolas por todo o país, com a continuidade do trabalho negocial com os professores, com a revisão em curso da formação inicial de professores, entre muitas outras áreas e domínios que norteiam a ação desta equipa governativa, sempre visando a melhoria das aprendizagens e o sucesso educativo dos alunos.

Muito obrigado.